

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP nº 1/25

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 32.398/2024

Processo Administrativo nº 60.882/2025

Elaborado por:

Kelly Cristina Moraes Martins de Paula.

Agente de Trânsito e Transporte – Sênior

Matrícula – 200.31

Franciane Duarte Lewrentz

Agente de Trânsito e Transporte – Sênior

Matrícula – 198.31



c322808a-a2b9-46c1-b867-887120c4429f

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 32.398/2024

Processo Administrativo nº 60.882/2025

INTRODUÇÃO:

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade apresentar a análise técnica, operacional, jurídica e econômica referente à necessidade de contratação de Leiloeiro Oficial, a fim de viabilizar a realização de leilões públicos de veículos retidos, abandonados ou inservíveis atualmente armazenados no pátio do FOZTRANS – Instituto de Transporte e Trânsito de Foz do Iguaçu, em conformidade com o art. 328 do Código de Trânsito Brasileiro.

A permanência prolongada desses veículos nos pátios públicos compromete a eficiência da gestão, gera impactos ambientais e sanitários, além de prejudicar a utilização racional do espaço físico destinado à guarda de novos bens. Nesse contexto, faz-se necessária a adoção de solução que possibilite a alienação regular e transparente desses veículos, atendendo ao interesse público e à legislação vigente.

Este estudo busca identificar e analisar diferentes alternativas juridicamente viáveis para a condução dos leilões (tais como estruturação interna, contratação por pregão ou credenciamento), destacando seus prós e contras, a fim de subsidiar a escolha da solução mais adequada, vantajosa e segura para a Administração Municipal



c322808a-a2b9-46c1-b867-887120c4429f

I. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

O acúmulo de veículos nos pátios sob responsabilidade do FOZTRANS compromete a eficiência da gestão pública, a organização dos fluxos operacionais e a adequada destinação de bens apreendidos. Os veículos retidos e removidos por infrações de trânsito ou abandono são recolhidos ao pátio por ação dos agentes de trânsito, nos termos dos arts. 269 e 270 do Código de Trânsito Brasileiro, sendo de competência do órgão a guarda e destinação desses bens.

A permanência prolongada desses veículos nos pátios gera impactos operacionais, ambientais, sanitário e financeiros, além de ocupar espaço destinado a novas remoções, prejudicando a continuidade dos serviços públicos.

A demanda apresentada objetiva a contratação de profissional habilitado legalmente, para realizar os procedimentos necessários à alienação pública desses bens, mediante leilões eletrônicos amplamente divulgados e formalizados, assegurando a regularidade, economicidade e eficiência da medida.

A contratação busca promover maior agilidade e efetividade nos processos de leilão, garantindo a destinação final adequada dos veículos e contribuindo para a racionalização da gestão pública.

Ademais é necessária a otimização da qualidade no trato com o bem público com observância de critérios e mecanismos geradores de maior eficiência, celeridade e economicidade. Não obstante, o órgão não dispõe em seu quadro de servidores permanentes profissionais com atribuições para executar tais serviços.

Desse modo, a contratação de um leiloeiro oficial proporcionará maior exequibilidade, dinamismo e celeridade nos leilões a serem realizados.



II. PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PCA - PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

A contratação está prevista no Plano de Contratações Anual de 2025:

Id peca PNCP: 02345707000165-0-000001/2025

Data de publicação no PNCP: 17/05/2024

Id do item no PCA: 280

Classe/Grupo: 859 - OUTROS SERVIÇOS DE SUPORTE

Identificador da Futura Contratação: 928294-194/2025

Valor Estimado para 2025: R\$ não gera custo

III. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

O critério objetivo a ser adotado pela Administração para definição do leiloeiro, a quem caberá a alienação, será a localização do ativo e a realização de credenciamento de leiloeiros habilitados.

Somente após a celebração de contrato, o leiloeiro será considerado como apto e se permitirá o início de quaisquer diligências em nome do Foztrans.

O leiloeiro contratado deverá atender aos seguintes requisitos:

- a) Registro como Leiloeiro Oficial na Junta Comercial do Estado do Paraná;
- b) Infraestrutura para realização de leilão eletrônico;
- c) Capacidade operacional para catalogação, avaliação, divulgação e execução do leilão;
- d) Promover o leilão preferencialmente por meio de plataforma eletrônica ou híbrido, própria ou contratada, que permita a ampla divulgação do edital de leilão, além da publicidade exigida pela Lei nº 14.133/2021;
- e) O leiloeiro deverá contratar profissional especializado para proceder à elaboração do laudo de avaliação dos bens, se necessário;
- f) Prestação de contas por leilão.



IV. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES:

Item	Produto - Descrição	Tipo de Item	Unidade	Quantidade
01	Contratação de Leiloeiro Oficial para preparação, organização e condução de leilões públicos de veículos para circulação e sucatas inservíveis do Foztrans - Instituto de Transporte e Trânsito de Foz do Iguaçu.	Prestação de serviço	UN	01

V. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

A prática de realização de leilões públicos para destinação de veículos retidos e removidos já se encontra consolidada em diversos entes da Administração Pública, especialmente nos âmbitos municipal e estadual. Entre as formas identificadas para viabilizar a contratação de leiloeiros estão:

- Estruturação de leiloeiro próprio no órgão público (caso raro e de alta complexidade);
- Licitação na modalidade pregão, com critério de julgamento por maior desconto sobre a comissão.
- Realização de credenciamento com rodízio entre os habilitados;

Em todos os modelos observados, a **remuneração dos leiloeiros ocorre por meio de comissão paga diretamente pelo arrematante**, conforme percentual estabelecido em edital, respeitando os limites legais fixados no Decreto Federal



nº 21.981/1932, que estabelece percentuais sobre o valor do bem arrematado, porém também define quais ocasiões pode-se aplicar respectivo percentual, observando-se que no caso de veículos, sucatas e relacionados dentro do percentual de **5%**.

Desse modo, observa-se a existência de **três soluções possíveis**, com variações conforme a estrutura e a regulamentação local de cada ente público.

ANÁLISE DAS POSSIBILIDADES DE CONTRATAÇÃO

Com base em práticas observadas em outros entes públicos e considerando a realidade organizacional do FozTRANS, foram identificadas três possibilidades juridicamente viáveis para viabilizar a condução de leilões públicos:

Estruturação de Leiloeiro Próprio no Órgão Público

Prós:

- Supostamente menor custo direto, por utilizar servidor já pertencente ao quadro efetivo.
- Maior controle interno sobre a realização dos atos do leilão.

Contras:

- A falta de servidor, o Foztrans já enfrenta dificuldades com a alta demanda e efetivo insuficiente, além disso o caso em tela exige um servidor com habilitação técnica e especialização na realização de leilão.
- Demandaria a capacitação especializada e complexa de servidor efetivo, algo de difícil viabilização prática no curto ou médio prazo.
- Exigiria a criação ou aquisição de sistema eletrônico específico para leilões, com autenticação, segurança digital, funcionalidades de lance automático e demais condições para realização do certame de modo digital tal qual exige a legislação vigente, implicando contratação paralela e custos adicionais significativos.



- Morosidade excessiva para implantação e operacionalização da estrutura, o que contraria o interesse público e o princípio da eficiência administrativa, agravado pela acumulação atual de veículos nos pátios.
- Alto risco de responsabilização administrativa e processos judiciais em desfavor do Foztrans em razão da falta de experiência e especialização do servidor designado, comprometendo a segurança jurídica dos atos.

É uma solução teoricamente possível, porém impraticável e dispendiosa para o FOZTRANS, sendo descartada por inviabilidade operacional, técnica e financeira.

Licitação na Modalidade Pregão (Critério: Maior Desconto na Comissão)

Prós:

- Possibilidade de competição direta e formalizada entre os interessados.
- Transparência e ampla divulgação por meio da plataforma oficial de compras.

Contras:

- A comissão dos leiloeiros é regida pelo Decreto nº 21.981/1932, com teto legal de 5% para o arrematante — o que limita a variação de propostas, resultando frequentemente em empate.
- Exemplo prático: Pregão nº 009/2019 realizado pelo próprio FOZTRANS, onde todos os participantes ofereceram comissão de 5%, resultando em empate generalizado e necessidade de sorteio — o que causou atrasos no cronograma, insegurança no critério de escolha podendo ocasionar contestação do resultado, tornando o processo demasiado demorado.
- Não garante rotatividade ou aproveitamento de outros leiloeiros com igual qualificação, limitando a atuação a um único contratado.
- Falta de flexibilidade contratual em caso de indisponibilidade do leiloeiro vencedor.



Embora juridicamente viável, a experiência anterior demonstrou ineficiência e morosidade, além de limitações práticas na aplicação do critério de julgamento, tornando essa modalidade desaconselhável para o caso presente.

Credenciamento de Leiloeiros Oficiais com Distribuição por Rodízio

Prós:

- Ampla adesão de interessados, sem limitação no número de credenciados.
- Flexibilidade para contratação conforme demanda real do órgão.
- Rotatividade garantida por critérios objetivos de distribuição (ex: rodízio ou sorteio público para definir a ordem), promovendo isonomia, impessoalidade e eficiência.
- Redução do risco de atrasos, por permitir substituição imediata em caso de indisponibilidade de um leiloeiro.
- Remuneração exclusivamente a cargo do arrematante, sem ônus para o FOZTRANS.
- Conformidade total com o art. 79, I, da Lei 14.133/2021, com respaldo do TCE-SC e jurisprudência do STJ.
- Possibilita a manutenção de edital aberto com cadastramento contínuo, ampliando a publicidade e a transparência do processo.
- O tema encontra-se regulamentado pelo Decreto Municipal nº 32.398/2024, especificamente nos artigos 205 a 208.

Contras:

- Exige estrutura administrativa de acompanhamento e fiscalização permanente, para garantir o cumprimento dos critérios de rodízio, a regularidade das prestações de contas e a transparência nos procedimentos.



É a solução mais eficiente, transparente e segura. Garante pluralidade, agilidade e economicidade, com pleno respaldo legal e jurisprudencial, sendo a alternativa mais vantajosa e indicada para os interesses do FozTRANS.

VI. ESTIMATIVA DO VALOR:

Não há dispêndio direto de recursos públicos. O custo recai sobre o arrematante, sendo a remuneração do leiloeiro definida em percentual sobre o valor de venda. A comissão-teto prevista é de até 5%, conforme Decreto nº 21.981/1932.

VII. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- a. A presente contratação tem por objeto o **credenciamento de Leiloeiros Oficiais**, pessoas físicas regularmente habilitadas e registradas na Junta Comercial do Estado do Paraná, para a realização de leilões públicos eletrônicos de veículos classificados como **conservados (com possibilidade de circulação), sucatas com possibilidade de reaproveitamento de peças, e sucatas inservíveis ou fardos ferrosos (com destinação à prensagem e destruição)**;
 - i. Veículos oriundos de **remoções efetuadas por agentes da autoridade de trânsito municipal**, em razão do cometimento de infrações previstas no Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997, art. 328), cujo prazo legal de 60 (sessenta) dias para regularização pelos proprietários tenha expirado, conforme previsão da **Resolução CONTRAN nº 623/2016**.
 - ii. A presente contratação será regida pelo **Decreto Federal nº 21.981/1932**, que regulamenta a profissão de Leiloeiro Oficial, bem como pela **Lei Federal nº 14.133/2021**, no que



tange às contratações públicas, em especial na modalidade de **credenciamento**, conforme orientações da **Nota Técnica nº 12/2024 do TCE-SC**, e o disposto no **Decreto Municipal nº 32.398/2024**, que estabelece diretrizes para os processos de contratação pública no âmbito do Município de Foz do Iguaçu.

- iii. A necessidade da contratação se justifica em razão do elevado número de veículos armazenados nos pátios sob responsabilidade do FOZTRANS – Instituto de Transporte e Trânsito de Foz do Iguaçu, o que acarreta comprometimento da operação logística e do espaço físico destinado à guarda, riscos ambientais e de saúde pública e morosidade nos trâmites administrativos relacionados à destinação final dos bens;
- iv. O dever legal da Administração Pública de realizar a alienação de tais veículos mediante leilão público, promovendo a devida destinação dos valores arrecadados conforme disciplinado na Resolução CONTRAN nº 623/2016.

VIII. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

A solução adotada consiste na **realização de procedimento de credenciamento de Leiloeiros Oficiais**, pessoas físicas com registro ativo na Junta Comercial do Estado do Paraná (JUCEPAR), nos termos do Decreto Federal nº 21.981/1932 e do art. 79, inciso I e parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

O credenciamento será conduzido por meio de **Edital de Chamamento Público permanente**, publicado em sítio eletrônico oficial do FOZTRANS, permitindo o



cadastramento contínuo de novos interessados enquanto perdurar o interesse público na contratação.

A **remuneração dos leiloeiros será paga exclusivamente pelos arrematantes**, conforme previsto na legislação específica, não havendo qualquer custo para o erário. O percentual de comissão deverá respeitar o limite legal de até **5% sobre o valor do bem arrematado**, conforme o art. 24 do Decreto nº 21.981/1932 e o §1º do art. 6º do Decreto Federal nº 11.461/2023.

A contratação por credenciamento garante **maior flexibilidade, transparência e impessoalidade**, permitindo que o FozTRANS conte com mais de um profissional habilitado simultaneamente, ampliando a segurança e a agilidade no processo de alienação dos veículos retidos.

Critério de Distribuição de Demandas entre os Leiloeiros Credenciados

Considerando que a legislação **não admite distribuição fixa com base em ordem cronológica de credenciamento**, por contrariar os princípios da **isonomia, impessoalidade e rotatividade** (conforme entendimento consolidado nos Tribunais de Contas e jurisprudência do STJ), o FozTRANS adotará o seguinte modelo:

- Após os primeiros **15 (quinze) dias de vigência do edital de credenciamento**, será realizada uma **sessão pública de sorteio** entre os leiloeiros já habilitados para definir a **ordem inicial de execução dos serviços**;
- Após esse prazo inicial novos requerimentos de outros interessados podem ser recebidos a qualquer tempo, mas apenas serão analisados no início de cada quadrimestre do exercício financeiro, salvo se, por meio justificado, a Administração necessitar antecipar a análise para a contratação de novos credenciados;
- Os sorteios que definem a ordem do rodízio serão registrados em relatório emitido pelo agente de contratação, o qual, juntamente com a



gravação da tela, será disponibilizado no Portal da Transparência do Município.

Esse critério de distribuição objetiva respeitar os princípios da **isonomia, impessoalidade, economicidade e eficiência administrativa**, atendendo integralmente às exigências do art. 79 da Lei 14.133/2021 e aos apontamentos jurisprudenciais dos Tribunais de Contas (ex: TCE-SC e TCE-PR), que orientam expressamente **contra o uso de fila fixa ou ordem cronológica como critério classificatório**.

A gestão e fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais será realizada pela **Divisão de Leilões do FOZTRANS**, que organizará as convocações conforme a ordem vigente e manterá o controle das prestações de contas e dos relatórios individuais de cada leilão realizado.

IX. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

Não se aplica o parcelamento, pois o objeto não possui divisibilidade. Cada leilão deve ser conduzido por um único leiloeiro por vez, ademais, trata-se de serviço intelectual, com responsabilidade exclusiva do profissional registrado.

X. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

Com a contratação de leiloeiros oficiais e a efetiva realização dos leilões públicos, o FOZTRANS visa alcançar os seguintes resultados concretos e mensuráveis, alinhados aos princípios da eficiência, economicidade, legalidade e interesse público:

a) Liberação do espaço físico nos pátios sob gestão do FOZTRANS, atualmente comprometido com veículos retidos, abandonados ou inservíveis,



cuja permanência prolongada prejudica o uso racional da infraestrutura pública e dificulta a logística das atividades operacionais;

b) Atendimento à legislação vigente, especialmente ao disposto no art. 328 do Código de Trânsito Brasileiro e na Resolução CONTRAN nº 623/2016, assegurando a destinação final dos veículos que não foram reclamados no prazo legal de 60 dias;

c) Geração de receita pública indireta, por meio do valor arrecadado com a venda dos veículos leiloados, seja como circulação ou como sucata, seguindo os critérios de destinação financeira previstos em lei e contribuindo com os cofres públicos sem qualquer despesa direta ao erário;

d) Redução dos riscos operacionais, administrativos e ambientais, especialmente os relacionados à deterioração dos veículos, à contaminação do solo, à proliferação de vetores e à sobrecarga dos sistemas de guarda, controle e fiscalização;

e) Ampliação da transparência e da segurança jurídica nos procedimentos de alienação de bens públicos, por meio da adoção de modelo reconhecido por sua impessoalidade, publicidade e ampla competitividade.

X. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS:

A solução adotada, consiste na realização de **credenciamento de leiloeiros oficiais**, apresenta-se como a forma mais eficiente e desburocratizada para viabilizar a execução dos leilões públicos, **não demandando a adoção de providências paralelas ou contratações correlatas**.

O processo ocorrerá por meio de **procedimento de chamamento público permanente**, conforme disciplinado pela Lei nº 14.133/2021, com base no art. 79, inciso I e parágrafo único, não havendo necessidade de cursos de capacitação, aquisição de sistemas específicos ou licitações acessórias.



A única providência administrativa necessária para a efetivação da contratação é a **condução regular do processo de credenciamento**, com elaboração do edital, análise jurídica, autorização da autoridade competente e publicação no sítio oficial.

XI. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

Não se aplica.

XII. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:

A contratação visa reduzir impactos ambientais decorrentes do acúmulo de veículos e resíduos nos pátios, promovendo destinação final adequada conforme legislação ambiental.

XIII. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO:

Diante da análise técnica realizada, das alternativas disponíveis e das experiências anteriores do próprio FozTRANS, conclui-se que a **contratação de Leiloeiros Oficiais mediante procedimento de credenciamento** representa a **solução mais vantajosa, eficaz e juridicamente adequada** para a realização dos leilões públicos de veículos retidos, abandonados ou inservíveis.

A escolha pelo credenciamento se justifica por sua conformidade com a Lei nº 14.133/2021 (art. 79, I) e Decreto Municipal nº32.398/2024 artigos 205 a 208, pode-se apontar essa como mais adequada por permitir **ampla participação de interessados**, garantir **isonomia e transparência na distribuição das demandas** por meio de critérios impessoais (como sorteio ou rodízio) e por **não implicar em dispêndio de recursos públicos**, uma vez que a remuneração dos leiloeiros é custeada diretamente pelos arrematantes, conforme previsão legal.

Além disso, o modelo adotado **dispensa a realização de contratações paralelas, capacitações específicas ou aquisições sistêmicas complexas**,



assegurando maior agilidade e menor custo operacional ao Poder Público. Ressalta-se, ainda, que a experiência prática anterior do FozTRANS com a modalidade de pregão demonstrou fragilidades quanto à eficiência do critério de julgamento, reforçando a pertinência do credenciamento como escolha estratégica e tecnicamente embasada.

Dessa forma, este Estudo Técnico Preliminar conclui pela **viabilidade e conveniência da contratação via credenciamento**, sugerindo o prosseguimento do processo administrativo para elaboração do edital de chamamento e demais etapas subsequentes, conforme legislação aplicável.

Foz do Iguaçu, 19 de agosto de 2025

Equipe de Planejamento da Contratação – Portaria nº 4337/2025 - Diário Oficial nº 5285.

Elaborado por:

Kelly Cristina Moraes Martins de Paula.

Agente de Trânsito e Transporte – Sênior

Matrícula – 200.31

Franciane Duarte Lewrentz

Agente de Trânsito e Transporte – Sênior

Matrícula – 198.31



Ciência do(a) Diretor(a) da Pasta.

Luiz Borella

Diretor Trânsito e Sistema Viário.



c322808a-a2b9-46c1-b867-887120c4429f

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Tipo: **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP**

Número: **1/2025**

Assunto: **CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO**

O documento acima foi proposto para assinatura eletrônica na plataforma **SID** de assinaturas.

Para verificar as assinaturas clique no link:

<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/rp/sidpublico/verificar?codigo=c322808a-a2b9-46c1-b867-887120c4429f>

e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação:

c322808a-a2b9-46c1-b867-887120c4429f

Hash do Documento

1855EEFB9050BC6BB98BD4FCAF9BE7C69AF16801F67EB868B1AB6BD65769EF66

Anexos

ETP_LEILOEIRO_2025_CREDENCIAMENTO.pdf - **188f6928-48a7-4a94-b023-d9fca98f0338**

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 19/08/2025 é(são) :

KELLY CRISTINA MORAES MARTINS DE PAULA (Signatário) - CPF: ***23703971** em 19/08/2025 15:03:20 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica

FRANCIANE DUARTE LEWRENTZ (Signatário) - CPF: ***67245902** em 19/08/2025 14:57:11 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica



A ASSINATURA ELETRÔNICA DESTE DOCUMENTO ESTÁ AMPARADA PELO:

DECRETO Nº 28.900, DE 20 DE JANEIRO DE 2021.

LEI Nº 4536 , DE 4 DE SETEMBRO DE 2017.

Autoriza a utilização do meio eletrônico para a gestão dos processos administrativos e de documentos de arquivo , produzidos nos termos das Leis nºs 3.971, de 17 de abril de 2012 e 4.057, de 19 de dezembro de 2012, no âmbito dos órgãos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Foz do Iguaçu.